



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Eletrônico n.º 2504-54.2015.6.27.8000

Pregão Eletrônico n.º 19/2015

Validade da Ata: 12 (doze) meses

A União Federal, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.789.902/0001-72, com sede na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 NORTE, Conj. 1, Lotes 1/2, Palmas/TO, neste ato representado pelo Diretor-Geral, **JOSÉ MACHADO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.565.192 SSP/DF e do CPF/MF 412.307.011-68 e pelo Secretário de Administração e Orçamento, **TEODOMIRO FERNANDES AMORIM**, brasileiro, casado, C.I. Rg. 1.522.273 - SSP/GO, CPF nº 282.526.081-91, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, estabelecida na Rua _____, representada neste ato pelo(a) Sr(a). _____, Representante Legal, brasileiro(a), casado(a), comerciante, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 0000000000 SSP/____, CPF/MF n.º 0000000000000000, doravante denominado apenas por FORNECEDOR, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 19/2015, processado nos Autos Administrativo nº 2504-54.2015.6.27.8000, o qual se constitui documento vinculativo e obrigacional às partes, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente registro de preços tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia, no sistema de Serviço Móvel Pessoal – SMP, nas modalidades local e longa distância nacional, com fornecimento de aparelhos em comodato, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência, constantes na tabela abaixo:

Descrição dos serviços para os aparelhos da CATEGORIA 1	Consumo mensal estimado por linha (A)	Nº de linhas (B)	Preço Unitário (C)	Total (AxBxC)=(D)
Assinatura básica mensal que deve incluir todos os benefícios contratados não listados abaixo	1	40		
Intragrupo local	1	40		
Caixa postal	3	40		
Gestor on line	1	40		
VC-1 FIXO – ligação feita de móvel para fixo da mesma cidade ou entre cidades do mesmo DDD	80	40		
VC-1 ON NET – ligação feita de móvel para móvel da mesma operadora, de mesmo DDD e que não pertença ao Plano Corporativo	100	40		
VC-1 OFF NET – ligação feita de móvel para móvel de outra operadora, de mesmo DDD	100	40		
VC-2 FIXO – ligação feita de móvel para fixo, com código de área diferente, mas com o primeiro dígito do DDD igual	20	40		
VC-2 ON NET – ligação feita de móvel para móvel da mesma operadora, com código de área diferente, mas com o primeiro dígito do DDD igual	20	40		
VC-2 OFF NET - ligação feita de móvel para móvel de outra operadora, com código de área diferente, mas com o primeiro dígito do DDD igual	20	40		
VC-3 FIXO – ligação feita de móvel para fixo, com código de área diferente, sendo o primeiro dígito do DDD diferente	20	40		
VC-3 ON NET – ligação feita de móvel para móvel da mesma operadora, com código de área diferente, sendo o primeiro dígito do DDD diferente	20	40		
VC-3 OFF NET - ligação feita de móvel para móvel de outra operadora, com código de área diferente, sendo o primeiro dígito do DDD diferente	20	40		
DSL-1 – Recebimento de ligações em outro Estado, cujo primeiro dígito do DDD é igual ao do Tocantins	5	40		
DSL-2 - Recebimento de ligações em outro Estado, cujo primeiro dígito do DDD é	10	40		

diferente				
AD – adicional de deslocamento (em número de eventos chamadas)	10	40		
SMS	30	40		
Pacote de dados de no mínimo 5GB, ilimitado	1	40		
VALOR MENSAL DO ITEM 1				

Descrição dos serviços para os aparelhos da CATEGORIA 2	Consumo mensal estimado por linha (A)	Nº de linhas (B)	Preço Unitário (C)	Total (AxBxC)=(D)
Assinatura básica mensal que deve incluir todos os benefícios contratados não listados abaixo	1	170		
Intragrupo local	1	170		
Caixa postal	1	170		
Gestor on line	1	170		
VC-1 FIXO – ligação feita de móvel para fixo da mesma cidade ou entre cidades do mesmo DDD	80	170		
VC-1 ON NET – ligação feita de móvel para móvel da mesma operadora, de mesmo DDD e que não pertença ao Plano Corporativo.	100	170		
VC-1 OFF NET – ligação feita de móvel para móvel de outra operadora, de mesmo DDD	100	170		
DSL-1 – Recebimento de ligações em outro Estado, cujo primeiro dígito do DDD é igual ao do Tocantins	1	170		
DSL-2 - Recebimento de ligações em outro Estado, cujo primeiro dígito do DDD é diferente	1	170		
AD – adicional de deslocamento (em número de eventos chamadas)	10	170		
SMS	30	170		
VALOR MENSAL DO ITEM 2				

1.1. A existência dos itens registrados não obriga o TRE-TO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito de indenização de qualquer espécie.

1.2. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 19/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. Havendo necessidade de prestação de serviços, este(s) será(ão) solicitado(s) formalmente por servidor da Seção de Serviços Gerais (SESEG), mediante Solicitação de fornecimento devidamente assinada pelo agente responsável, conforme Anexo V – Modelo Requisição de Fornecimento.

3.2. A Contratada deverá realizar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato, a entrega dos aparelhos celulares e dos chips, devidamente habilitados e prontos para utilização.

3.2.1. Para as linhas da categoria 1, a Contratada deverá fornecer 3 (três) aparelhos reserva, em comodato, sem linhas habilitadas, com as características descritas no item 5.1 do Termo de Referência e no prazo estabelecido no item 6.1 do Termo de Referência, possibilitando a substituição imediata, em caso de eventual defeito, dos aparelhos habilitados com as linhas permanentes.

3.2.2. Para as linhas da categoria 2, a Contratada deverá fornecer 10 (dez) aparelhos reserva, em comodato, no prazo estabelecido no item 6.1 do Termo de Referência, sem linhas habilitadas, com as características descritas no item 5.2 do Termo de Referência, possibilitando a substituição imediata, em caso de eventual defeito dos aparelhos habilitados com as linhas provisórias.

3.3. O recebimento do objeto da presente licitação dar-se-á na forma prevista no art. 73, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93.

3.3.1. O recebimento provisório dos aparelhos celulares/chips e dos serviços não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) aparelhos celulares e chips devidamente embalados, acondicionados e identificados de modo a preservar as características físicas;
- b) quantidades e especificações em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo e local de entrega previstos neste Edital, no horário de 12h às 19h;

d) serviços fornecidos de acordo com as descrições constantes no Termo de Referência.

3.4. O recebimento definitivo dos equipamentos/serviços dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos produtos;
- b) verificação da conformidade dos serviços prestados com as quantidades e especificações constantes deste Edital.

3.4.1. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal efetuada por servidor da Seção de Serviços Gerais deste Regional.

3.5. A Contratada deverá atender aos pedidos formalizados durante a vigência da Ata de Registro, ainda que a prestação de serviços seja prevista para data posterior à sua vigência.

3.6. Qualquer órgão ou entidade integrante da administração pública poderá ser autorizado a utilizar esta Ata de Registro de Preços durante a sua vigência, nos termos do art. 22, do Decreto n.º 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

3.6.1. As adesões só poderão ser autorizadas nos casos em que não excedam, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, nos termos do § 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013.

3.6.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação de serviços decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com este Tribunal.

3.6.3. As aquisições ou contratações adicionais de que trata o item 3.6.1 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços, nos termos do § 3º do art. 22 do Decreto n.º 7.892/2013.

3.6.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.6.5. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.7. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES, OBRIGAÇÕES DO TRE – TO E DA LICITANTE VENCEDORA

4.1. As penalidades e obrigações do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins e da licitante vencedora encontram-se especificadas no Termo de Referência (ANEXO I) e no Contrato (ANEXO VI).

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. Por se tratar de Registro de Preços, as informações orçamentárias e financeiras serão colhidas nos respectivos processos de requisições e contratações.

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento à licitante vencedora será efetuado mensalmente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, através de Ordem Bancária, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura em 01 (uma) via, devidamente atestada por servidor da Seção de Serviços Gerais (SESEG).

6.1.1. A CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE, mensalmente, as respectivas Notas Fiscais/Faturas telefônicas com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de vencimento das mesmas.

6.2. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da nota de empenho.

6.3. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a licitante vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

6.4. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento da contratada os eventuais débitos, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA: REVISÃO DE PREÇOS

7.1. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo de legislação federal.

7.2. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

7.2.1. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar ao TRE-TO a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

7.2.2. Caso o TRE-TO já tenha emitido a nota de empenho respectiva, para que a empresa realize a prestação de serviços e a empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o(s) pedido(s) já formalizado(s) e empenhado(s).

7.3. O TRE-TO terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

7.3.1. Durante esse período a empresa deverá efetuar a prestação de serviços pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRE-TO. Nesse caso, o TRE-TO procederá ao reforço dos valores pertinentes aos serviços empenhados após o pedido de revisão.

7.3.2. A empresa obrigará-se a realizar a prestação de serviços pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

7.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Tribunal convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

7.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

7.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o TRE - TO poderá:

7.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA OITAVA: DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será feito pela Seção de Serviços Gerais (SESEG) que determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93) e comunicará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

8.2. Caberá à Seção de Licitações efetuar o cadastro e controle dos processos referentes às Atas de Registro de Preços, manifestando-se sobre a possibilidade de atendimento das requisições efetuadas por setores deste Tribunal e de solicitação de adesões por órgãos não participantes.

CLÁUSULA NONA: DA ANULAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1. Poderão ser motivos da anulação da ata e cancelamento do registro as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei 8.666/93.

9.2. Caso a CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa do cancelamento, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

9.3. O ato de anulação da Ata de Registro de Preços poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei 8.666/93.

9.4. O licitante reconhece os direitos da Administração nos casos de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

9.5. O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

- I. Pela Administração, quando:
 - a) o fornecedor não cumprir as exigências contidas no Edital, na presente Ata de Registro de Preços ou no Termo de Referência;
 - b) o fornecedor der causa à rescisão administrativa, da contratação decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94;
 - c) o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se apresentar superior ao praticado pelo mercado;
 - d) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.
 - e) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - f) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.

- II. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências deste instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

9.6. O cancelamento será precedido de processo administrativo, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

9.7. A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

9.8. No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

9.9. A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga da prestação de serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e acertadas, firmam o presente instrumento em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações da CONTRATANTE.

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xx/2015 - A

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº ____/2015, celebrada entre o TRE-TO e a(s) empresa(s)..... cujos preços estão a seguir registrados, por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº 19/2015.

Primeira Classificada que aceitou cotar em valor igual ao da empresa vencedora, conforme item 10.1 do edital do Pregão Eletrônico nº 19/2015.

Empresa:				
CNPJ:			FONE/FAX:	
END.:			E-MAIL:	
REPRESENTANTE LEGAL:			CARGO:	
Item do Edital	Unidade	Quantidade	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2015 - B

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº ____/2015, celebrada entre o TRE-TO e a(s) empresa(s)..... cujos preços estão a seguir registrados, por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº 19/2015.

Segunda Classificada que aceitou cotar em valor igual ao da empresa vencedora, conforme item 10.1 do edital do Pregão Eletrônico nº 19/2015.

Empresa:				
CNPJ:				FONE/FAX:
END.:				E-MAIL:
REPRESENTANTE LEGAL:				CARGO:
Item do Edital	Unidade	Quantidade	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2015 - C

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº ____/2015, celebrada entre o TRE-TO e a(s) empresa(s)..... cujos preços estão a seguir registrados, por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº 19/2015.

Terceira Classificada que aceitou cotar em valor igual ao da empresa vencedora, conforme item 10.1 do edital do Pregão Eletrônico nº 19/2015.

Empresa:				
CNPJ:				FONE/FAX:
END.:				E-MAIL:
REPRESENTANTE LEGAL:				CARGO:
Item do Edital	Unidade	Quantidade	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unitário